



seminários
e colóquios

**Conselho Nacional de
Educação**

**Educação para o
Desenvolvimento
Sustentável**

Educação para o Desenvolvimento Sustentável



Conselho Nacional de
Educação

Educação para o Desenvolvimento Sustentável

(Actas do Seminário realizado no CNE em 4 de Março de 2011 e de Audição realizada em 20 de Junho de 2011)

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

SEMINÁRIO “EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”, Lisboa, 2011

Educação para o Desenvolvimento Sustentável: [actas] / Seminário “Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Audição sobre Educação para o Risco ; [org.] Conselho Nacional de Educação; (Seminários e Colóquios)

ISBN 978-972-8360-71-9

I – AUDIÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARA O RISCO, Lisboa, 2011

II – PORTUGAL. Conselho Nacional de Educação

CDU 37

502

061.3

As opiniões expressas nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião ou orientação do Conselho Nacional de Educação

Autor e Editor: Conselho Nacional de Educação

Direção: Ana Maria Bettencourt (Presidente do Conselho Nacional de Educação)

Coordenação: Manuel I. Miguéns (Secretário-Geral do Conselho Nacional de Educação)

Colecção: Seminários e Colóquios

Organização e apoio à edição: Ercília Faria e Manuel Carvalho Gomes

Formatação: Paula Antunes

Capa: Providência Design

Impressão e Acabamento: Editorial do Ministério da Educação e Ciência

1.ª Edição: 2012

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-972-8360-71-9

Depósito Legal: 344 466/12

© CNE – Conselho Nacional de Educação
Rua Florbela Espanca – 1700-195 Lisboa
Telefone: 217 935 245 Fax: 217 979 093
Endereço electrónico: cnedu@cne-edu.pt
Sítio: www.cnedu.pt

SUMÁRIO

ABERTURA	9
Ana Maria Bettencourt – Presidente do Conselho Nacional de Educação	11
João Gomes Cravinho – Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação	19
CONFERÊNCIA	
Década da EDS – Contributos da Comissão Nacional da UNESCO para a sua dinamização em Portugal	23
Adriano Moreira – Presidente da Mesa	25
Fernando Andresen Guimarães – Conferencista	27
PAINEL I	
Políticas de EDS – Perspetivas Nacionais e Internacionais	43
Maria Emília Brederode Santos – Moderadora	45
Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento	
Maria Inês Rosa	49
Ensaio para a aplicação da Década EDS em Portugal	
Luísa Schmidt	57
Jorge Massada – Comentador	77
Debate	79
PAINEL II	
Sustentabilidade: Fundamentos e Investigação	97
Paula Nobre de Deus – Moderadora	99

Enquadramento da EDS Viriato Soromenho Marques	103
Educação para o Risco João Filipe Fonseca	111
Paradigma do Crescimento Filipe Duarte Santos	121
Vasco Trigo – Comentador	129
Debate	133
PAINEL III	
A EDS no Currículo e nas Práticas Escolares	145
Antero de Oliveira Resende – Moderador	147
O Papel das Parcerias no Desenvolvimento da EDS nas Escolas Hermínia Ribeiro	149
A EDS no Currículo Nacional Herculano Cachinho	157
A EDS no Currículo Regional Cláudia Coelho Cardoso	181
Francisco José Vieira Fernandes	189
Patrícia de Jesus – Comentadora	193
Debate	195
ENCERRAMENTO E CONCLUSÕES	201
Ana Maria Bettencourt – Presidente do Conselho Nacional de Educação	203
Arsélio Pato de Carvalho	205

Ensaio para a aplicação da Década EDS em Portugal

Luísa Schmidt¹

Antecedentes e Propostas – a DEDS em contexto nacional

Este texto centra-se na revisitação e balanço de um documento que serviu como contributo nacional para o arranque da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) declarada pela UNESCO para 2005-2014². Os propósitos desta Década, que já se encontra na sua fase pré-final, visam integrar os valores do desenvolvimento sustentável nas diversas agendas que nos governam: educativa, política, económica, pública, mediática e científica.

Esses valores passam por assumir que o desenvolvimento sustentável é um tipo de desenvolvimento que requer inteligência para compatibilizar as necessidades humanas com o uso sustentável dos recursos, superando efeitos perversos como a destruição ambiental e a manutenção ou agravamento da pobreza.

Trata-se de um ‘desenvolvimento com paz e sabedoria’ (como referiu Adriano Moreira nesta conferência) e, portanto, em sintonia com a justiça e a equidade no acesso a bens e serviços essenciais, e que assegure os direitos de cidadania, no que respeita à informação, à participação e ao acesso à justiça. Neste sentido, há cerca de 10 anos, Portugal assinou a Convenção

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

² A Comissão Nacional da UNESCO (CNU), presidida então por José Sasportes, criou, em 2005, um grupo de trabalho (nota 1) com base na adesão voluntária, reunindo pessoas dos mais diversos sectores da sociedade civil: ONG, universidades, empresas, media, administração pública, escolas. Este grupo, que tive o prazer de coordenar, elaborou um documento para o arranque da DEDS em Portugal e que, em parte, revisitarei neste texto. O documento foi publicado simultaneamente em português e em inglês e chama-se: Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – Contributos para a sua Dinamização em Portugal, CNU, Lisboa 2006.

Aarhus³ mas, na prática, ainda não integrou os seus princípios no quadro de funcionamento da administração pública. O objetivo desta Convenção visa, tal como a DEEDS, reduzir o fosso entre governantes e governados, criar hábitos de discussão pública séria e informada em decisões políticas e estratégicas cruciais, bem como em planos e projetos estruturantes, empenhando os cidadãos e garantindo transparência de processos (UNECE 1998).

Claro que, a DEEDS, sendo uma iniciativa complexa, sobretudo quando a pensamos à escala mundial, tem uma dimensão idealista, cujo horizonte de ambição só pode ser assumido como quadro orientador de valores, relativamente ao qual se procurem vias pragmáticas para sustentar e inverter o sentido dos processos que estão a conduzir à rutura generalizada no ambiente e nas sociedades. E, nesse sentido, ela tem que catalisar ações traduzíveis e traduzidas em projetos concretos localizados no terreno, sendo à escala local que se poderá melhor redirecionar os atuais caminhos de insustentabilidade em que se tem conduzido o crescimento em muitas sociedades. Era para isso que alertava o documento da Comissão Nacional da UNESCO (como referiu o embaixador Andersen Guimarães nesta conferência).

A União Europeia tem assumido uma liderança crucial na estratégia de implementação da DEEDS. Muito sinteticamente, a primeira fase (2005-2007) consistia em definir a liderança, e elaborar planos de ação nacionais, métodos de avaliação e sistemas de indicadores. A segunda fase (2008-2010) consistia em aplicar, avaliar e reformular as principais linhas de ação delineadas. A terceira fase (2011-2014), em que estamos agora, pretende consolidar e expandir as medidas e ações identificadas.

Na Alemanha, por exemplo, o processo tem sido liderado pelo presidente da República; em Inglaterra foi o ministro da Educação que assumiu um programa específico nesta matéria; França tem dois ministros

³ Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, aprovada em 1998, e que Portugal ratificou em 2003 (ver CNADS 2003).

que lideram diretamente o processo; em Espanha a Década assume expressões diferentes conforme as regiões, mas existem 9 cátedras ativas de educação para o desenvolvimento sustentável.

Por cá, começou-se tarde e o processo continua atrasado: apesar dos esforços da CNU, em Portugal ainda hoje não existe nem comité, nem plano, nem cátedras. Para entendermos melhor as dificuldades e obstáculos na adesão a esta iniciativa, é importante recuar um pouco e fazer o historial da DEDS em Portugal e do documento que lhe deu corpo. Sabendo que, nestes processos, não há linearidade nem receituários únicos, pareceu essencial ao grupo de trabalho então constituído no âmbito da CNU, começar por equacionar alguns antecedentes socioculturais e económicos desfavoráveis ao desencadear dos processos de sustentabilidade no país.

Por um lado, o persistente estado de desinformação da sociedade portuguesa em relação a temáticas centrais da modernidade: numa avaliação recente feita pelo OBSERVA aos 30 anos de Eurobarómetros, verifica-se que o indicador “não sabe/não responde” é dominante no caso português registando-se inúmeras lacunas de conhecimento em matérias como o ambiente, energia, ciência e os próprios mecanismos e instituições europeias (Schmidt, Delicado, Ferreira, Fonseca, Seixas, Sousa, Truninger, Valente, 2011). Por outro lado, os níveis de desconfiança nas instituições democráticas são dramáticos e têm aumentado ao longo dos últimos anos, sobretudo entre os sectores etários mais novos. Parlamento, sistema judicial, e acima de tudo a classe político-partidária, são alvos de grande e crescente descrédito, segundo inquéritos nacionais e europeus recentes (Costa Pinto, Magalhães, Sousa e Gorbunova, 2012; Dunlap, Guerra e Schmidt, 2011, Schmidt e Guerra, 2011). As consequências combinadas deste dois fatores resultam em desinteresse e desmotivação generalizados em assuntos que extravasem os quadros da vida quotidiana – o que se traduz também em índices de participação organizada muito baixos. Como também se verifica nos inquéritos europeus, a pertença a uma associação cívica é diminuta, aproximando-se Portugal muito mais dos ex-países de Leste do que dos outros países europeus. Registe-se, contudo, a existência de um potencial participativo, sobretudo nas ações que não implicam militância, nem uma

inscrição onde se pague uma quota. Por exemplo, ao nível das acções de voluntariado já nos aproximamos mais dos valores europeus. Esta apetência indicia que os portugueses não estarão desencantados com os valores democráticos, mas sim desiludidos com o desempenho de grande parte da classe política no poder (Costa Pinto, Magalhães, Sousa e Gorbunova, 2012).

Entretanto, ao nível das decisões políticas e dos seus responsáveis, com raríssimas exceções, não tem havido nem empenho nem investimento na consolidação da cidadania e dos mecanismos participativos que dinamizem processos de intervenção pública informada. Antes pelo contrário, continua a prevalecer uma lógica avessa ao envolvimento da sociedade civil nos processos de planeamento e decisão, chegando a argumentar-se que a participação cívica ‘trás ruído’ à governação. Em matéria de sustentabilidade, os nossos responsáveis políticos divergem nas suas acções relativamente a dinâmicas como a que a DEDS pretende desencadear.

Regista-se, é certo, maior abertura, dado que a simples existência de Internet implica a “obrigatoriedade” dos sites informativos. Aliás, tecnicamente, ao nível do e-government, o país evoluiu exponencialmente, assumindo o sétimo lugar no ranking internacional em 2007 (West, 2007) e o primeiro (ainda que em *ex equo*) no ranking europeu (Eurostat/EC, 2011).

Contudo, não se criaram ainda bases informativas integradas de apoio à decisão e/ou de consulta pública, não existindo um efetivo empenho político nestas matérias, as quais se cumprem muitas vezes apenas por imposição das diretivas europeias.

O resultado é uma enorme distância e desconhecimento relativamente aos planos e estratégias que, deste modo, raramente se tornam eficazes. Atente-se o caso da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS), cujo balanço participativo foi diminuto. Como refere um dos seus próprios autores em audição no CNADS (Abril de 2011), trata-se de “um documento inútil feito com elegância”. Em Portugal temos, de facto, muitos “documentos inúteis”, mesmo se “feitos com elegância”. Basta

pensar nas dezenas de planos e estratégias nacionais em vigor, tantas vezes desarticuladas e contraditórias entre si.

Assim, os processos abruptos de mudança ocorridos no país ao longo dos últimos 30 anos, pouco acompanhados nas áreas da informação, da educação, da ciência e do ambiente, estão na origem de muitas das tensões da “insustentabilidade” em que vivemos e têm incidência – mesmo que indireta - sobre o lento desencadear de um programa de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

O referido documento produzido no âmbito da CNU, explicita as causas de algumas dessas tensões. Desde logo, o facto de Portugal ter saltado repentinamente de uma sociedade rural depauperada, mas sem graves afetações ambientais, para uma sociedade ‘pseudo-modernizada’, que atualmente não tem nem os benefícios suficientes do processo de modernização adotado, nem a boa condição ambiental do arcaísmo de onde saiu.

Depois, o facto dessa transição se ter feito sem um acompanhamento do sistema educativo que corrigisse de forma eficaz os elevados índices de iliteracia nacionais, não preparando o país para os novos desafios da globalização. Não se criaram as necessárias competências para as novas necessidades e Portugal apresenta lacunas de recursos humanos em áreas-chave, bem como um défice de participação cívica em vastos sectores da população.

O país chegou tarde à questão do Desenvolvimento Sustentável e ainda não integrou uma cultura cívica, económica e política, bem como os valores que lhe são inerentes, tanto ao nível das ‘elites’ como das ‘bases’. Não há continuidade nos processos, nem capacidade de articulação entre valores e ações, nem, como atrás se referiu, se criaram ainda bases informativas oficiais, consistentes e integradas, tanto de apoio à decisão, como para consulta pública (CNU, 2006).

Verificou-se também nas últimas três décadas um agravamento das velhas e novas assimetrias regionais e sociais, traduzidas nomeadamente:

- no desordenamento do território e desfiguração dos quadros de paisagem, com forte desvalorização e despovoamento do mundo rural;
- na baixa eficiência energética e excessiva dependência de combustíveis fósseis, aliada a uma agudização dos fatores que conduzem às alterações climáticas;
- num sistema de transportes demasiado assente no sector rodoviário e no transporte particular;
- na degradação acentuada dos recursos naturais, com a inerente perda de biodiversidade;
- nas assimetrias sociais de vária ordem com largas faixas da população em situação de pobreza e exclusão social – segundo dados recentes, temos a segunda pior taxa de conclusão do ensino secundário da EU-27 e um rácio entre o rendimento dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres dos mais elevados da U.E. (Eurostat/EC, 2011).

Acresce a tudo isto, o facto de uma política para o Desenvolvimento Sustentável confrontar a resistência com que os poderes políticos em geral encaram as iniciativas que não produzam resultados de crescimento económico visíveis a prazos não superiores a 4 anos. Esta situação remete-nos para a importância crescente do papel da sociedade civil e das entidades mais próximas dos cidadãos no desenrolar dos processos de sustentabilidade.

Neste contexto, é cada vez mais importante aproveitar a oportunidade da DEDS para continuar a inscrever o tema na agenda nacional. Uma das propostas fundamentais do documento da Comissão Nacional da UNESCO, era a criação de uma **Plataforma Web** de uso comum, com uma base de dados multimédia georreferenciada de âmbito nacional e de atualização periódica, que integrasse e articulasse as diversas iniciativas em curso. A intenção era múltipla: suprir os crónicos défices de comunicação interinstitucionais; articular e reforçar grupos e iniciativas dispersas e atomizadas; aproximar diferentes tipos de agentes; incentivar links e

sinergias entre experiências; integrar conhecimentos dispersos e de cariz diverso; criar hábitos de cooperação interdisciplinares e transregionais; fomentar a mobilização local na criação e aplicação de soluções inovadoras que permitam dar resposta às questões de Desenvolvimento Sustentável na sua região.

Esta plataforma informativa e interativa integrando e articulando ações em curso, assumia que ‘o processo’ são ‘os projetos’. Seria ainda extensível aos PALOP e pretendia criar um repositório internacional online de materiais e recursos no âmbito da Educação para Desenvolvimento Sustentável.

As áreas de intervenção selecionadas devido ao seu efeito multiplicador, foram acima de tudo as **escolas** e as **autarquias**, mas também os *mass media*, as **ONG** e **mercado**.

As **escolas**, de diferentes graus e tipos de ensino, como lugares decisivos de formação, são as infraestruturas mais adequadas a funcionar como portais de entrada da DEDS. Mas também são cruciais para disseminar novos valores e práticas a outros grupos sociais. Alguns estudos têm demonstrado a capacidade das crianças e adolescentes funcionarem como “correntes de transmissão” de novas práticas para os adultos (Bartiaux, 2009, Correia *et al.*, 2011). Tal não dispensa, no entanto, trabalhar com grupos de jovens do final do secundário e de estudantes universitários (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Fazer a ligação entre as escolas e universidades é uma questão crucial e, neste aspeto, tem havido algumas boas notícias: por exemplo, o projeto Eco-Escolas estendeu-se às universidades.

Outra área de atuação prioritária são as **autarquias**, uma vez que representam o nível de poder político mais próximo dos cidadãos, possibilitando-lhes uma intervenção pública mais ativa nos processos de decisão, de planeamento e de gestão à escala local. À medida que se afasta a escala de decisão para lugares mais críticos, as pessoas sentem menor capacidade de intervenção nas políticas nacionais, tornando-se mais legível

e praticável uma participação à escala próxima. Em alguns estudos verifica-se que os portugueses reconhecem a sua capacidade de intervenção ao nível local – veja-se o aumento do número de Agendas 21 Locais e de orçamentos participativos (Schmidt, Nave e Guerra, 2006; Guerra, 2011).

Outro campo importante são os **meios de comunicação social**, na medida em que eles intervêm de forma decisiva no processo educativo. Na sociedade comunicacional em que vivemos não se pode pensar que as escolas são o único palco formativo, ou mesmo por vezes o principal, pois elas estão cada vez mais rodeadas de dispositivos de comunicação que, tantas vezes, contrariam até o próprio processo educativo escolar. Sendo assim, nenhum programa pedagógico pode apoiar-se exclusivamente no ensino formal e descurar o campo mediático, incluindo os novos *media*. Estes funcionam como agentes ativamente intervenientes no processo educativo, e como ‘cadeia alimentar mental’ de influência social determinante.

Depois, também é importante chegar às empresas e especificamente ao **mercado**, como espaço de troca de grande alcance de influência, tanto no consumo (sendo fundamental o acesso à informação de consumidores), como na produção (sendo fundamental a transparência sobre os processos de produção e as práticas mais sustentáveis). Hoje o tema do consumo assume ainda maior relevância, já que as economias emergentes passaram a exercer um peso crescente no mercado e uma pressão determinante sobre os recursos - alimentares, energéticos e naturais. Em seis anos o panorama mundial a este nível, com as chamadas economias emergentes, alterou-se de forma radical e tornou-se um problema premente com que teremos que lidar a curto prazo.

Finalmente as **ONG** são atores fundamentais em todo o processo de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, podendo dar um contributo destacado em três áreas fundamentais: mobilização de parceiros diversificados; sensibilização e educação de públicos-alvo; elaboração de pareceres técnicos nas mais diversas áreas de intervenção. Para assegurar uma maior eficácia e visibilidade da DEDS propunha-se criar uma

plataforma de ONG, com chancela da UNESCO, que serviria como ponto focal de divulgação e mobilização para uma participação activa e informada.

Balanco abreviado – avanços e estagnação

Se analisarmos brevemente a evolução de 2006 para cá, em cada um destes campos de intervenção - escolas, autarquias, mass media, mercado – verificamos que, se algumas sementes germinaram, outras não chegaram a despontar.

Ao nível das **escolas** realizou-se uma primeira análise dos projetos de educação ambiental, através de dois inquéritos nacionais a escolas e a entidades promotoras de educação ambiental e de EDS (Schmidt, Nave e Guerra, 2010). Deste diagnóstico, constatou-se, por um lado, como aspecto francamente positivo, o elevado número de projetos de EA/EDS existentes em praticamente todas as escolas do país e que resultaram de uma atenção curricular coordenada entre as políticas das instituições oficiais do Ambiente e da Educação sobretudo a partir de 1995/1996. Por outro lado, numa avaliação mais crítica aos projetos, concluiu-se, entre outros aspetos, que a EA/EDS continua a desenrolar-se de forma mais ‘vertical’ do que ‘transversal’, ou seja, ainda se faz demasiado confinada às turmas, pouco envolvendo a comunidade escolar e ainda menos as famílias e as freguesias. Outra conclusão é que as iniciativas de educação ambiental se mantêm demasiado articuladas com temas tradicionais e limitados, como os “resíduos” e a “fauna” e “flora”, descurando assuntos que implicam abordagens mais integradas como é o caso do ordenamento do território, do urbanismo, da cidadania ou um consumo mais sustentável. Sublinha-se ainda uma excessiva “infantilização” da educação ambiental, dado o peso esmagador dos projetos para as crianças em detrimento de iniciativas para os jovens. De facto, os alunos do 1.º Ciclo são o público-alvo preferencial da maior parte das iniciativas, seja dentro da própria escola, seja de fora para dentro, através das entidades que promovem a Educação Ambiental. Seria importante um maior investimento nas restantes camadas etárias e particularmente nos jovens pré-universitários, mais aptos ou, pelo menos, cronologicamente mais próximos de poderem exercer as suas funções de

cidadania. Finalmente, outro aspeto a destacar, é a falta de continuidade dos projetos de educação ambiental, por estarem ainda demasiado dependentes da “carolice” de alguns professores, muitos deles sujeitos à mobilidade, facto que potencia a caducidade dos projetos.

Registam-se, contudo, muitas iniciativas interessantes, e cada vez mais consistentes, como por exemplo o Programa Eco-Escolas, que já abrange mais de mil escolas, bem como o Projeto Rios e o Projeto CoastWatch, para não falar dos inúmeros e dinâmicos Centros do Ciência Viva. Existem também diversos casos isolados criativos e interessantes que deveriam ser conhecidos e replicados (através da tal plataforma que ainda não se criou...).

Nas universidades, decorrem atualmente alguns projetos e iniciativas – para além do referido Eco-Escolas em versão universitária, o concurso Green Campus, a Universidade Verde (UL) – significativos mas ainda embrionários, e portanto, sem resultados por enquanto avaliáveis. Por outro lado, não se criaram Cátedras UNESCO de Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

No que respeita à divulgação e comunicação científica tem havido pouco empenho. Tratando-se de uma questão fundamental nas sociedades do conhecimento e globalizadas, para mais num país com carências óbvias, seria importante criar gabinetes de extensão científica nas universidades, como há muito o CNADS defende (CNADS, 2003).

Também na Fundação para a Ciência e Tecnologia não existe um programa de investigação multidisciplinar que considere as várias dimensões da sustentabilidade; nem os projetos de I&D que a ela se candidatam têm de explicitar de que forma integram as preocupações com o desenvolvimento sustentável.

À **escala municipal** refira-se como exemplo positivo as Agendas 21 Locais (AL21). Trata-se de um instrumento com grande potencial de mudança se for efetivamente implementado, na medida em que leva os cidadãos a envolverem-se na vida local e a colaborar com os agentes

decisores, seja à escala da Junta de Freguesia, seja à escala do município, aproximando governantes e governados, e juntando contributos individuais e coletivos para o desenvolvimento local. Segundo um estudo recente, nos últimos sete anos o número de AL21 aumentou 400% (Guerra, 2011), o que não quer dizer que tenham sido um sucesso em todos os casos. O mesmo estudo evidencia que as principais razões deste aumento deveram-se ao impulso externo da União Europeia, que disponibilizou fundos comunitários especificamente destinados às agendas. A inexistência de processos avaliativos permite, assim, que muitas destas agendas não cumpram os pré-requisitos inerentes à sua própria definição e conceito, sendo difícil por vezes ‘separar o trigo do joio’.

Seja como for, as dinâmicas de participação no quadro da Agenda 21 Local têm permitido inúmeros avanços: o número de Agendas, locais e escolares multiplicaram-se e, mesmo que uma grande parte delas estejam muito aquém das expectativas, trata-se por si só de um avanço assinalável. De igual modo, é de assinalar a importância crescente dos Orçamentos Participativos à escala municipal.

Ainda no que respeita às autarquias, a publicação de balanços dedicados à evolução dos respetivos indicadores de desenvolvimento sustentável, realizou-se em cerca de um terço dos municípios portugueses. O Programa ECOXXI, dinamizado pela ABAE (<http://abae.pt/programa/ECOXXI/inicio.php>), implica uma avaliação desses indicadores e, em função dos resultados, atribui ‘bandeiras verdes’ aos municípios que cumpram requisitos de sustentabilidade. Mesmo tratando-se de uma iniciativa de adesão voluntária, tem sido crescente o número de autarquias que entram neste programa.

Quanto a criar e disponibilizar ferramentas de informação e comunicação, que facilitem a participação cívica e o trabalho cooperativo, promovendo a nível autárquico o encontro de parceiros e de grupos de cidadãos com interesses comuns, ainda é frágil, a não ser quando se trata das escolas. No inquérito às entidades que promovem a educação ambiental em Portugal, verificou-se que as autarquias são o principal motor dos projetos

de educação ambiental e desenvolvimento sustentável. Já quando se trata de organizações não-governamentais, e sobretudo de associações de moradores, existem poucas parcerias com as autarquias. Destaque-se, no entanto, alguns programas importantes entretanto lançados, como é o caso da Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos - RCM n.º 143/2005 (por exemplo na Cova da Moura em 2007), e também da recente iniciativa do BIP-ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária em Zonas de Intervenção Prioritária) levada a cabo pela CML e que financia iniciativas variadas – simultaneamente estruturantes e criativas - desde 2011.

No que concerne aos **meios de comunicação social**, em geral, verifica-se um alheamento relativamente às problemáticas da sustentabilidade. É certo que a Comissão Nacional da UNESCO tem conseguido uma aproximação aos media e, entre outras iniciativas, promoveu um curso anual no Festival Cine-Eco, em Seia. Também o Jornal Expresso dedica desde 2007 um mês à sustentabilidade; o Público e o Diário de Notícias mantêm uma secção (que já conheceu espaços maiores...) dedicada a esta área; a RTP2 criou os programas Sociedade Civil e o Biosfera (ambos em 2006) e dá um ‘Minuto Verde’ por dia à Quercus. Contudo, é extremamente difícil mobilizar os media para estas matérias, mais ainda quando as respetivas atenções se encontram absorvidas pela crise financeira, fazendo quase eclipsar outras dimensões da realidade (e, claro, a sustentabilidade) quer de escala nacional, quer sobretudo internacional.

Acresce que, o modo como a crise tem afetado a ‘saúde económica’ dos próprios meios de comunicação social “leva o coração” de muitos media a ‘balançar’, talvez demasiado, entre um certo servilismo aos interesses económicos e o negócio do entretenimento informativo – facto que se vê claramente na programação das três televisões generalistas. O espaço para temas incómodos ou difíceis porque implicam investigação e aprofundamento, encontra-se cada vez mais rateado – facto que não se pode atribuir ao alheamento dos jornalistas, mas acima de tudo às lógicas publicitárias dos meios de comunicação social. Acresce uma certa desqualificação do papel dos editores em alguma imprensa e de muitos responsáveis de programação. A “liberdade de informação” é o bem mais

precioso da democracia, pelo qual há que lutar todos os dias “por nunca se considerar definitivamente conquistado” (citando Francisco Pinto Balsemão, em Público, 25 de Abril de 2012). Continua, pois, a ser pertinente, como se defendia no documento da CNU, “criar e promover a discussão com os profissionais desta área, convidando-os a refletir sobre as novas problemáticas do ambiente e sustentabilidade que afetam a sociedade, e estimulando uma cobertura mais atenta destas questões, com maior qualidade e profundidade” (CNU 2006).

Uma matéria particularmente interessante seria envolver na DEDS as empresas de marketing e as agências de publicidade, dado que a publicidade é uma poderosa ferramenta de mudança nos consumos e estilos de vida atuais. Um objetivo a propor, seria que os códigos de boas práticas que regulam a publicidade e o marketing, veiculassem os valores da sustentabilidade através de formas e fórmulas inovadoras.

Finalmente, no que respeita ao **mercado**, aquilo que o documento da CNU propunha em 2006 – “promover mecanismos de transparência ao nível dos investimentos e das instituições financeiras; introduzir mecanismos de informação ambiental nas empresas cotadas na bolsa”... – cinco anos passados e depois dos contornos obscuros da crise financeira, parece uma ironia e dispensa comentários. Seja como for, outras propostas, tais como a adoção de guias e relatórios de sustentabilidade por parte das empresas, ganharam algum terreno, mas não o suficiente, sobretudo quando consideramos as propostas de uma Economia Verde, como adiante veremos.

Perspetivas – continuidade, renovação e Rio+20

Duas ou três ideias-chave expostas em 2006 na proposta da CNU - “Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014 – Contributos para a sua dinamização em Portugal” - continuam atuais e contribuiriam para um salto qualitativo importante.

Em primeiro lugar, aproveitar as escolas como importantes infraestruturas existentes em todo o território, mobilizando alunos e professores para a produção e tratamento de dados e a construção de

indicadores – que contribuíssem para uma cartografia de dados locais sobre desenvolvimento sustentável (ambientais, económicos e sociais). Ou seja, investir naquilo a que se chama “ciência participativa”. Esta seria uma forma de colmatar a enorme carência de conhecimento de que o país sofre, ao mesmo tempo que, “em vez de brincarem ao ambiente”, levaria os estudantes a serem politicamente ativos e civicamente responsáveis, contribuindo de forma direta para o conhecimento da sociedade portuguesa, em geral, e do seu território próximo, em particular. Validar esta informação implicaria a articulação das escolas às universidades e às instituições oficiais, o que contribuiria para o estudo e soluções eficientes e inovadoras para problemas locais concretos – aquilo que se chama ‘Shop Science’ e que tem sido abundantemente praticado nos países nórdicos. Teria ainda a vantagem de inserir a comunidade escolar numa rede de cooperação que abarcasse a comunidade local, incentivando os estudantes a passarem “do recreio à política” e da “infantilização à responsabilidade”, aproximando-os das instituições oficiais e científicas. As escolas poderiam transformar-se elas próprias em “laboratórios de sustentabilidade” e exemplos de inteligência ambiental, energética e social. A recente remodelação de que foram alvo, com a sua reabilitação e novos espaços de uso – independentemente de serem criticáveis os excessos e desperdícios ou obras menos bem conseguidas - seriam (serão!) uma boa oportunidade para incentivar o conceito de escola aberta à comunidade.

É por tudo isto que nunca deveria ter sido desvalorizada e quase descartada a *Formação Cívica* como acontece com a nova estrutura curricular – trata-se de um enorme retrocesso especialmente quando pensamos na educação para o desenvolvimento sustentável.

Uma segunda ideia, é o reconhecimento e empenho de políticas de desenvolvimento sustentável à escala local, começando por avaliar a situação dos municípios portugueses a este nível, e concedendo àqueles que alcançarem patamares mais elevados de sustentabilidade, um galardão que traduza esse reconhecimento de forma pública. O Programa ECOXXI já o faz com base na adesão voluntária dos municípios, mas tal deveria ser expandido e alargado, inclusivamente às Juntas de Freguesia. Neste sentido,

o projeto Eco-Freguesias, que foi prémio Ideias Verdes (Expresso/Fundação Água do Luso) em 2010, começou a ser implementado à microescala das Juntas de Freguesia.

Por outro lado, a Agenda 21 Local continua a ser um instrumento muito útil a carecer de ser generalizado. A iniciativa Glocal promovida pela Câmara Municipal de Cascais e pelo Centro Regional de Excelência em EDS da Universidade Católica do Porto, tem como objetivo criar uma rede nacional de AL21, extensível aos países lusófonos, tendo em vista a Conferência Rio+20 (Junho de 2012). O potencial de contágio das Agendas 21 Locais é, aliás, especialmente importante em Portugal pois estimula a tão necessária reorganização do espaço público urbano como lugar do exercício de cidadania. Acresce que, em 2013, com a nova lei eleitoral, iremos assistir à renovação de muitos autarcas, sendo importante que os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável integrassem a campanha servindo de bandeira política distintiva.

Em suma, tratar-se-ia de passar do ciclo vicioso dos D's – desinformação, desconfiança, descrédito e descontinuidade – ao ciclo virtuoso dos C's – comunicação, confiança, credibilidade e continuidade.

Finalmente, quanto aos media e ao mercado, não se pode esquecer, no horizonte próximo, a Conferência do Rio+20 (Junho de 2012), cujos temas centrais serão a Economia Verde e a governação internacional do desenvolvimento sustentável. Na Economia Verde é preciso repensar o conceito reducionista de PIB, passando a considerar no seu cálculo as externalidades ambientais e sociais – desde a poluição e destruição dos recursos até aos impactos sociais negativos. É preciso considerar ainda a diversidade ecológica como fonte básica para o desenvolvimento e bem-estar humano, e assumir a transição dos investimentos públicos para o restauro do capital e património naturais, culturais e sociais (Jackson 2010).

A Economia Verde implica ainda combater as desigualdades sociais, através de políticas e mecanismos de redistribuição, estabelecendo níveis mínimos e máximos de rendimentos. Advoga também a importância da regulação do consumo, criando limites à publicidade (leia-se p.ex. a

propaganda ao tabaco para crianças em países pobres) e critérios de transparência à produção, exigindo o cumprimento dos direitos humanos e ambientais (leia-se p.ex. a exploração do trabalho infantil).

Em termos pragmáticos, consultando os documentos das Nações Unidas, a Economia Verde implica a definição de roteiros para os próximos 20 anos com metas, objetivos e ações específicas à escala nacional com o envolvimento de todas as partes interessadas, como o sector privado, as ONG e as comunidades locais. Nesta nova linha, defendem-se opções e ferramentas tais como: melhorar a recolha e partilha de dados; melhorar a conservação dos recursos; garantir a segurança alimentar; desenvolver tecnologias associadas a energias limpas; promover um desenvolvimento assente no baixo carbono; sensibilizar os consumidores para escolhas ambientalmente sustentáveis; melhorar a capacitação dos recursos humanos para a criação de empregos verdes. Neste sentido identificam-se as seguintes áreas potenciais de criação de emprego: transportes públicos eficientes, habitação, energias renováveis, gestão de resíduos e reciclagem

Especificamente a Educação para o Desenvolvimento Sustentável é considerada muito importante em diversas dimensões, incluindo o aperfeiçoamento das escolhas dos consumidores, melhorar a qualidade da informação aos responsáveis pelas tomadas de decisão e estimular a vontade política na promoção da Economia Verde.

O desígnio destes documentos, que serão discutidos no Rio de Janeiro em Junho de 2012, sentando às mesmas mesas quase todos os países do mundo, perante o grave contexto europeu e mundial, geram um duplo sentimento de prudência pessimista, mas também de alguma esperança.

Uma coisa é certa, na reta final da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, convém reconhecer que a gravidade dos problemas ambientais e a aceleração dos tempos em que vivemos elevaram para os mais exigentes níveis a necessidade do contributo de todos.

Friedrich Schiller é que dizia: “não temos nas nossas mãos as soluções para todos os problemas do mundo, mas perante todos os problemas do mundo temos [pelo menos] as nossas mãos.”

(Nota 1) Grupo de trabalho:

Lúisa Schmidt, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (Coordenadora); Cristina Girão Vieira, Instituto da Conservação da Natureza; Fátima Matos Almeida, Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA); João Pato, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; José Vitor Malheiros, Jornal “Público”; José Miguel Figueiredo, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI); Lia Vasconcelos, Liga para a Protecção da Natureza (LPN); Luís Morbey, Instituto do Ambiente (IA); Luís Rocharte Álvares, Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal; Mafalda Lapa, Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica; Manuel Carvalho Gomes, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Maria Helena Correia, Instituto do Ambiente (IA); Paula Antunes, Departamento do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; Paulo Partidário, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI); Raquel Mota, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular; Rosalia Vargas, Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica; Teresa Fonseca, Ministério da Educação, Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular; Teresa Goulão, Associação Bandeira Azul da Europa.

Bibliografia

Bartiaux, F. (2009). “Between school, family and media: do the children carry energy-saving messages and practices?” Pp.1897-1906 1783 in ECEEE Summer Study 2009. Cote d’Azur.

CML, Bairros de Intervenção Prioritária em Zonas de Intervenção Prioritária

http://www.gebalis.pt/site/index.php?option=com_content&task=view&id=227&Itemid=67

CNADS (2003), Reflexão sobre o Acesso à Informação, a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CNADS (2006) Comentário do CNADS sobre o Primeiro Relatório Nacional sobre a Convenção de Aarhus. Lisboa. CNADS.

CNU, Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – Contributos para a sua Dinamização em Portugal, Lisboa 2006.

Correia, A., Schmidt, L., Horta, A., Fonseca, S., Rebelo, M., Menezes, M e S. Almeida (2011) "Sem ela era complicado viver": Representações, crenças e práticas juvenis sobre o consumo de energia». Colóquio do Observatório Português da Juventude "Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, ações". ICS-UL, Lisboa, Junho de 2011. http://www.opj.ics.ul.pt/images/stories/ComunicacoesColoquio/coloquioopj2011_correia_et_al.pdf.

Costa Pinto, A., Pedro Magalhães, Luis de Sousa e Ekaterina Gorbunova (2012) A qualidade da democracia em Portugal. Perspectivas comparadas, Relatório 1, Barómetro da Qualidade da Democracia-ICS.

Dunlap, R., Guerra, J. Schmidt, L., (2011), "Searching for an Ecological Worldview in Europe", apresentação em Uma Consciência Mais Verde? Resultados do European Values Study 2008/2009; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Auditório 2, 17 de Março de 2011.

European Social Survey <http://www.europeansocialsurvey.org/>

Eurostat <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

Eurostat/EC (2011), Eurostat regional yearbook 2011, Luxemburgo, Publications Office of the European Union.

Guerra, João (2011), Municípios, Participação e Sustentabilidade. Dinâmicas Locais de Imperativos Globais. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade Sociologia Geral. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Jackson, Tim (2009), Prosperity without Growth? The Transition to a Sustainable Economy. Londres. Sustainable Development Commission.

Pordata. Base de dados Portugal Contemporâneo. Fundação Francisco Manuel dos Santos www.pordata.pt

Programa ECOXXI <http://abae.pt/programa/ECOXXI/inicio.php>

Schmidt, L. e Guerra, J., (2011) "As Especificidades do caso Português", apresentação em Uma Consciência Mais Verde? Resultados do European Values Study 2008/2009; Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Auditório 2, 17 de Março de 2011.

Schmidt, L., Horta, A., Correia, A., Fonseca, S., Rebelo, M., Menezes, M., Almeida, S. (2011), "Sem ela era complicado viver": Representações, crenças e práticas juvenis sobre o consumo de energia". Colóquio do Observatório Português da Juventude "Olhares sobre os jovens em Portugal: saberes, políticas, ações". ICS-UL, Lisboa, Junho de 2011.

Schmidt, Luísa, Delicado, Ana, Ferreira, José Gomes, Fonseca, S., Seixas, João, Sousa, D., Truninger, Mónica, Valente, Susana (2011). O Ambiente em 25 Anos de Eurobarómetro. Lisboa. Observa/ICS-UL.

Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil, Guerra, João (2005). Autarquias e Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais. Porto: Fronteira do Caos.

Schmidt, Luísa, Nave, Joaquim Gil, Guerra, João (2010). A Educação Ambiental: Balanço e Perspectivas para uma Agenda mais Sustentável. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

UNECE (1998), *Convention on Access to Information, Public Participation in Decision-Making and Access to Justice in Environmental Matters*, Aarhus, United Nations Economic Commission for Europe/Committee on Environmental Policy.

West, Darrell M. (2007), *Global E-Government*, 2007, Providence, Center for Public Policy-Brown University.